COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 7.020, DE 2013

Altera a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 – Lei do Sacoleiro, para incluir o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação de mercadorias procedentes da República Bolivariana da Venezuela.

Autor: Deputado CHICO DAS VERDURAS

Relator: Deputado OTAVIO LEITE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela aduz a República Bolivariana da Venezuela ao regime especial da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 – Lei do Sacoleiro, de tributação unificada junto ao Paraguai.

Além desta Comissão, o Projeto de Lei em tela foi distribuído às Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regime de Tributação Unificada, a chamada “lei dos sacoleiros”, buscou gerar um controle mínimo sobre uma fronteira conhecida do ponto de vista do contrabando.

Foi quase um reconhecimento da incapacidade do Estado em lidar com o grave problema de sonegação de impostos que acometia e ainda acomete aquela região.

A falta de pagamento de impostos por alguns gera a concorrência desleal com o comerciante honesto. A criação de um sistema de tributação mais simplificado do que outro (que é o principal) coloca em desvantagem competitiva quem está no regime “menos simples”. A questão que sempre vai emergir inevitavelmente é: por que o mais simples não é o principal?

No Brasil, o microempresário tem um regime especial, o Simples. A diferença de escala e capacidade de lidar com a complexidade das regras tributárias gerais é uma explicação evidente para justificar esta diferença de tratamento.

Quando se fala no tratamento diferenciado à importação de outros países, no caso, os fronteiriços, a diferença de tratamento se torna menos explicável *a priori*. Apenas uma situação muito conhecida e de muito tempo, como é o caso do comércio ilegal na fronteira do Paraguai, é que poderia eventualmente indicar que um tratamento diferenciado seria desejável.

A extensão do tratamento favorecido para países em que a situação do comércio transfronteiriço é menos conhecida, como a Venezuela, nos parece menos meritória. Por que não caberia incluir o Uruguai e a Argentina, também pertencentes ao Mercosul, inclusive parceiros comerciais preferenciais de mais longa data? Por que não poderíamos pensar na Bolívia e no Chile, associados ao Mercosul por período mais extenso? Mesmo o último

não tendo fronteira com o Brasil, nada impediria o benefício de um regime tributário simplificado que fomentasse o comércio.

E por que não cogitar simplificar os encargos tributários dos produtores brasileiros locais que vivem esmagados por uma elevada e extremamente complexa carga tributária?

É possível que este regime especial, ademais, fortaleça o imenso transporte clandestino da gasolina barata da Venezuela para o Brasil, pela fronteira com Roraima. Como denunciou reportagem de O Estado de São Paulo de 09 de dezembro de 2012, esta situação “*criou no extremo norte do Brasil uma imensa área sem postos de combustíveis*”, em virtude da concorrência desleal da gasolina contrabandeada. São 230 quilômetros de estrada entre a capital, Boa Vista, e Pacaraima, última cidade do Estado antes do território venezuelano, em que não há um só posto de gasolina. Não haveria, ademais, revendedores oficiais de combustíveis em nenhum outro ponto a menos de 200 quilômetros da fronteira entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

Os números apresentados na reportagem são eloquentes. Com um máximo de R\$ 25, o brasileiro enche o tanque de um carro de passeio logo ao entrar na Venezuela, sem precisar passar pela aduana de lá. A Venezuela vende o litro da gasolina a preços que variam de R\$ 0,20 a R\$ 0,50. Em Boa Vista, a capital de Roraima, o litro da gasolina custa R\$ 2,90. O tanque cheio, dependendo da marca do carro, pode valer até R\$ 180.

Na mesma reportagem, o presidente do Sindipostos-RR, Abel Mesquita Júnior, indica que os postos de Roraima deixam de vender, por causa da concorrência da gasolina venezuelana, algo entre 1,8 milhão e 2 milhões de litros mensais de combustíveis. A reportagem conclui informando que:

“A enorme disparidade de valores fez surgir em Roraima um mercado negro de venda de gasolina que causa prejuízos mensais de pelo menos R\$ 5,8 milhões ao empresariado do setor, de acordo com avaliação do Sindicato dos Postos de Combustíveis de Roraima (Sindipostos-RR).”

Não se pode admitir o risco de se criar um regime que induza ao aprofundamento desta situação ou mesmo à extensão do problema a outros tipos de negócios no extremo norte do País.

Tendo em vista o exposto, somos pela **rejeição do Projeto de Lei nº 7.020, de 2013.**

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado OTAVIO LEITE
Relator